

TJ-PI

ANALISTA - CONTADOR

aprova
concursos

Tribunal de Justiça do
Estado do Piauí

Checklist de estudos

ORIENTAÇÕES PARA UTILIZAÇÃO

Olá, estudante!

O **Aprova Concursos** preparou um material exclusivo para você organizar as revisões ao longo da sua preparação. As revisões são fundamentais para retenção do conhecimento. Como há vários assuntos para serem estudados, é preciso organização quanto ao conteúdo que já foi revisado e o que ainda precisa ser revisto. A tabela que elaboramos pode ser usada para garantir o controle das revisões.

Vamos explicar como ela funciona.

REVISÕES

- Quando ocorrerão as revisões?
- A primeira revisão ocorrerá até 24 horas depois do dia que a aula foi assistida.
- A segunda, 7 dias após a visualização da videoaula.
- A terceira, 30 dias após, a visualização da videoaula.

PRIMEIRA REVISÃO	1	24 HORAS
SEGUNDA REVISÃO	2	7 DIAS
TERCEIRA REVISÃO	3	30 DIAS

Aqui colocamos um exemplo de como a tabela fica quando preenchida com as datas em que as revisões foram feitas. Se a videoaula foi assistida em 06/08, as revisões ficariam da seguinte forma:

MATEMÁTICA	REVISÕES		
	1 - 24h	2 - 7 dias	3 - 30 dias
Porcentagem	07/08	13/08	05/09

Depois de realizar a revisão, marque um "X" no quadro.

MATEMÁTICA	REVISÕES		
	1 - 24h	2 - 7 dias	3 - 30 dias
Porcentagem	07/08	13/08	05/09



Logo após a visualização da videoaula, para evitar esquecimento, anote as datas das revisões na tabela.

QUESTÕES

FIXAÇÃO DE CONHECIMENTO

É importante a resolução de questões **logo após a visualização da aula**.

NÚMERO DE QUESTÕES

Resolva, **no mínimo, 10 questões** para cada assunto.

QUESTÕES DA BANCA QUE ORGANIZA O CONCURSO

Cada banca tem características próprias. **Utilize o site de questões do Aprova para filtrar questões da instituição que organiza o seu concurso (clique**

aqui). Caso não exista um edital em aberto no momento dos seus estudos, utilize como referência a banca que realizou o último concurso.

ANOTE O PERCENTUAL DE ACERTO NA TABELA

Assim que realizar as questões, **anote o percentual de acerto na tabela**. Sempre há itens que apresentam maior dificuldade de aprendizagem. O baixo percentual apontará quais são esses assuntos. Veja o exemplo:

QUESTÕES		
TOTAL	ACERTEI	%
20	14	70%

LÍNGUA PORTUGUESA	QUESTÕES			REVISÕES		
	TOTAL	ACERTEI	%	1ª - 24 h	2ª - 7 dias	3ª - 30 dias
Leitura e análise de textos de diferentes gêneros textuais.						
Linguagem verbal e não verbal.						
Mecanismos de produção de sentidos nos textos: polissemia, ironia, comparação, ambiguidade, citação, inferência, pressuposto.						
Significados contextuais das expressões linguísticas.						
Organização do texto: Fatores de textualidade (coesão, coerência, intertextualidade, informatividade, intencionalidade, aceitabilidade, situacionalidade).						
Progressão temática.						
Sequências textuais: descritiva, narrativa, argumentativa, injuntiva, dialogal.						
Tipos de argumento.						
Funcionalidade e características dos gêneros textuais oficiais: ofício, memorando, e-mail, carta comercial, aviso etc.						
Uso dos pronomes.						
Pontuação.						
Características dos diferentes discursos (jornalístico, político, acadêmico, publicitário, literário, científico etc.).						
Organização da frase: Processos de coordenação e de subordinação.						

Verbos que constituem predicado e verbos que não constituem predicado.						
Tempos e modos verbais.						
Concordância verbal e nominal.						
Regência dos nomes e dos verbos.						
Constituição e funcionalidade do sujeito.						
Classes de palavras.						
Formação das palavras.						
Composição, derivação.						
Ortografia oficial.						
Fonemas.						
Acentuação gráfica.						
Variação linguística: estilística, sociocultural, geográfica, histórica.						
Variação entre modalidades da língua (fala e escrita).						
Norma e uso.						
LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA	QUESTÕES			REVISÕES		
	TOTAL	ACERTEI	%	1ª - 24 h	2ª - 7 dias	3ª - 30 dias

Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Estado do Piauí (Lei Complementar Estadual nº 13, de 03 de janeiro de 1994 e suas alterações).						
Plano de Carreiras e Remuneração dos Servidores do Poder Judiciário do Estado do Piauí (Lei Complementar Estadual nº 230/2017).						
Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí (Resolução nº 02 de 12 de novembro 1987 e suas alterações).						
Lei de Organização Judiciária do Estado do Piauí (Lei nº 3.716, de 12 de dezembro de 1979 e suas alterações).						
CONTABILIDADE GERAL E SOCIETÁRIA	QUESTÕES			REVISÕES		
	TOTAL	ACERTEI	%	1ª - 24 h	2ª - 7 dias	3ª - 30 dias
Patrimônio: componentes patrimoniais: ativo, passivo e patrimônio líquido.						
Fatos contábeis e variações patrimoniais.						
Lançamentos contábeis.						
Critérios de controle de estoques (PEPS, UEPS e custo médio ponderado).						
Noções de Legislação Societária: Lei nº 6.404/1976, com as alterações das Leis nº 11.638/2007 e nº 11.941/2009, e legislação complementar.						
Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).						
Normas (Pronunciamentos, orientações e interpretações) emitidas pelo CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.						
Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro.						
Apresentação das Demonstrações Contábeis: Balanço Patrimonial.						
Demonstração do Resultado do Exercício e Demonstração do Resultado Abrangente.						

Demonstração dos Fluxos de Caixa (Método Direto e Indireto).						
Demonstração do Valor Adicionado.						
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.						
Notas explicativas.						
Redução ao Valor Recuperável de Ativos.						
Ativo Intangível.						
Arrendamentos.						
Subvenção e Assistência Governamentais.						
Contratos de Seguro.						
Ajuste a Valor Presente.						
Estoques.						
Custos de Empréstimos.						
Políticas Contábeis,						
Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.						
Evento Subsequente.						
Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.						
Ativo Imobilizado.						
Propriedade para Investimento.						
Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada.						
Tributos sobre o Lucro.						
Benefícios a Empregados.						

Demonstrações Consolidadas.						
Mensuração do Valor Justo.						
Receita de Contrato com Cliente.						
Contratos de Concessão.						
Relato Integrado: conceitos e estrutura.						
Análise das demonstrações contábeis: análise vertical, índices de liquidez e solvência, quocientes de estrutura, rentabilidade, lucratividade, prazos e ciclos.						
CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO	QUESTÕES			REVISÕES		
	TOTAL	ACERTEI	%	1ª - 24 h	2ª - 7 dias	3ª - 30 dias
NBC TSP Estrutura Conceitual – estrutura conceitual para elaboração e divulgação de informação contábil de propósito geral pelas entidades do setor público.						
Estrutura e apresentação das Demonstrações Contábeis do Setor Público.						
Definições, finalidade, componentes, estrutura e conteúdo das demonstrações: de acordo com a Lei nº 4.320/1964; de acordo com a NBC TSP 11; e de acordo com o MCASP.						
Plano de Contas aplicado ao Setor Público.						
Conceito de contas patrimoniais e de resultado.						
Função e estrutura das contas.						
Escrituração: débito, crédito, saldo, sistema de partidas dobradas.						
Sistema de Contabilidade Federal.						
Organização e competências (Lei nº 10.180/2001 e Decreto nº 6.976/2009).						

Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI): conceito, objetivos, usuários e segurança do sistema (princípios e instrumentos).						
Tópicos selecionados da Lei Complementar nº 101/2000.						
Conceitos de dívida pública e restos a pagar, escrituração e consolidação das contas.						
Relatório resumido da execução orçamentária: estrutura, composição.						
Relatório de gestão fiscal: estrutura, composição.						
Tópicos especiais da contabilidade aplicada ao setor público.						
Procedimentos Contábeis Orçamentários previstos no MCASP (Regime orçamentário e Regime Contábil ou patrimonial).						
Procedimentos Contábeis Patrimoniais conforme Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 9ª edição, aprovado pela Portaria STN nº 1.131, de 04 de novembro de 2021.						
Restos a pagar, empenho, liquidação e pagamento (Lei nº 4.320/1964 e MCASP).						
Apresentação de Informação Orçamentária nas Demonstrações Contábeis (NBC TSP 13).						
Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (IPSAS).						
Noções de Informações de Custos no Setor Público: NBC T 16.11 - Sistema de Informação de Custos do Setor Público.						
Manual de Informações de Custos do Governo Federal, aprovado pela Portaria STN nº 518/2018.						
ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA	QUESTÕES			REVISÕES		
	TOTAL	ACERTEI	%	1ª - 24 h	2ª - 7 dias	3ª - 30 dias

Orçamento público: conceitos e princípios.						
Evolução conceitual do orçamento público.						
Orçamento-Programa: fundamentos e técnicas.						
Orçamento público no Brasil: Títulos I, IV, V e VI da Lei nº 4.320/1964.						
Orçamento na Constituição de 1988: Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), Lei Orçamentária Anual (LOA).						
Leis de Créditos Adicionais.						
Emendas parlamentares ao Orçamento.						
Plano Plurianual (PPA): estrutura, base legal, objetivos, conteúdo, tipos de programas.						
Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO): objetivos, estrutura, base legal e conteúdo, Anexos de Metas Fiscais, Anexos de Riscos Fiscais, critérios para limitação de empenho.						
Classificações orçamentárias.						
Classificação da despesa pública: institucional, funcional, programática, pela natureza e classificações adicionais previstas no Manual Técnico de Orçamento - MTO.						
Classificação da receita pública: institucional, por categorias econômicas, por fontes e classificações adicionais previstas no Manual Técnico de Orçamento - MTO.						
Ciclo orçamentário: elaboração da proposta, discussão, votação e aprovação da lei de orçamento.						
Execução orçamentária e financeira: estágios e execução da despesa pública e da receita pública.						
Programação de desembolso e mecanismos retificadores do orçamento.						
Conta Única do Tesouro Nacional: conceito e previsão legal.						
Gestão organizacional das finanças públicas: sistema de planejamento e orçamento e de programação financeira constantes da Lei nº 10.180/2001.						

Tópicos selecionados da Lei Complementar nº 101/2000: princípios, conceitos, planejamento, renúncia de receitas, geração de despesas, transferências voluntárias, destinação de recursos para o setor privado, transparência da gestão fiscal, prestação de contas e fiscalização da gestão fiscal.						
Sistemas de informação da Administração Pública Federal: SIAFI, SIASG e SICONV.						
Finalidade.						
Principais informações.						
Lei nº 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação e portarias regulamentadoras.						